

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.725.648 - RS (2018/0039454-3)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE : PRYSMIAN CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A**  
**ADVOGADOS : HAMILTON DIAS DE SOUZA - SP020309**  
**LUIS HENRIQUE DA COSTA PIRES - SP154280**  
**DANIEL CORRÊA SZELBRACIKOWSKI - DF028468**  
**PEDRO JÚLIO SALES D'ARAÚJO - DF040666**  
**EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de divergência opostos pela PRYSMIAN CABOS E SISTEMA DO BRASIL S.A. contra acórdão da Segunda Turma assim ementado:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CRÉDITO-PRÊMIO DO IPI. COISA JULGADA. EMPRESA EXTINTA. CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER EM PAGAR QUANTIA CERTA. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. NATUREZA JURÍDICA DE BENEFÍCIO FISCAL. NÃO APLICAÇÃO DA SÚMULA 461/STJ. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO.

1. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória proferida em fase de cumprimento da sentença que negou o direito da recorrente, empresa extinta, a converter a obrigação de fazer de escriturar o crédito-prêmio do IPI relacionado às exportações ocorridas entre 7.12.1979 e 31.3.1981, pela expedição de precatório (obrigação de pagar quantia certa).

2. Preliminarmente, constato que não se configura a ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que a decisão recorrida julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.

3. Não conheço do Recurso Especial em relação à alegada ofensa ao art. 844 do Código Civil. O Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram apreciados pelo Tribunal *a quo*, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

4. Também não haveria violação aos dispositivos legais invocados (artigos 493, 502, 503 e 505 do CPC/2015), pois o Acórdão recorrido não afrontou a coisa julgada, nem desconsiderou o fato superveniente da extinção da empresa credora, mas tão somente julgou a lide conforme os limites definidos na coisa julgada material.

5. Conheço do recurso em relação à alegada divergência jurisprudencial (alínea "c", do art. 105, III, da CF/1988), analisando a pretensão recursal quanto a esse ponto nos termos a seguir. O STJ, ao julgar o Recurso Especial Repetitivo nº 1.114.404, reconheceu a possibilidade de o credor optar pela compensação do indébito tributário ou pela expedição de precatório ou requisição de pequeno valor. Nesse sentido, a Súmula 461/STJ (editada em 25/8/2010, posteriormente ao REsp 1.114.404) quando afirma: "*O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado*".

6. Ocorre que, posteriormente a esses julgados paradigmas, a Primeira Seção do STJ decidiu nos EREsp 844.711/DF (Relator Ministro Benedito

Gonçalves) que aos créditos reconhecidos pela via judicial a título de crédito-prêmio do IPI, em razão da sua natureza de benefício fiscal submetido a detalhada disciplina normativa quanto ao aproveitamento dos créditos, não se aplicariam as regras da repetição de indébito, afastando-se o entendimento firmado pelo STJ na Súmula 461/STJ.

7. Recurso Especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido.

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos por acórdão

assim ementado:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CRÉDITO-PRÊMIO DE IPI. COISA JULGADA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. ESCRITURAÇÃO. ALTERAÇÃO PARA OBRIGAÇÃO DE PAGAR. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento contra decisão que indeferiu pedido de conversão da obrigação de fazer para a escrituração de crédito-prêmio do IPI, no valor de R\$ 1.099.145,77 (um milhão, noventa e nove mil, cento e quarenta e cinco reais, setenta e sete centavos), conforme coisa julgada judicial, para obrigação de pagar quantia certa com a emissão de precatório em favor do credor, em razão de a empresa credora ter sido extinta no curso da ação.

2. O Tribunal na origem negou provimento ao Agravo de Instrumento afirmando que "Em que pese a extinção do estabelecimento, o título judicial invocado pela exequente para justificar seu pedido de ressarcimento determina expressamente o registro do crédito IPI apurado em livro próprio, e não a repetição do valor. Logo, em face da imutabilidade da coisa julgada, descabe a modificação dos termos do título judicial".

3. O Recurso Especial não foi provido pela Segunda Turma sob o argumento de que *"a Primeira Seção do STJ decidiu nos EREsp 844.711/DF (Relator Ministro Benedito Gonçalves) que aos créditos reconhecidos pela via judicial a título de crédito-prêmio do IPI, em razão da sua natureza de benefício fiscal submetido a detalhada disciplina normativa quanto ao aproveitamento dos créditos, não se aplicariam as regras da repetição de indébito, afastando-se o entendimento firmado por esta Corte na Súmula 461/STJ"*.

4. Aduz a parte embargante que o julgamento dos Embargos de Declaração no EREsp 844.711/DF reconheceu a possibilidade da expedição de precatório em favor do credor com crédito-prêmio reconhecido judicialmente.

5. No julgamento do Recurso Especial foram apresentados os fundamentos alinhavados nos Embargos de Declaração no EREsp 844.711 quando ficou consignado pela Primeira Seção que, uma vez reconhecida a existência dos créditos-prêmio de IPI, deveria o credor seguir todo o rito previsto na legislação de regência do benefício fiscal para obter a satisfação do crédito.

6. No referido julgamento dos EDcl no EREsp 844.711 ficou expressamente consignado que *"não pode, desde logo, haver condenação da Fazenda ao pagamento pela via do precatório dos créditos-prêmios de IPI apurados em favor do contribuinte"*, exigindo-se a prévia certificação do eventual valor devido em processo administrativo para verificar se remanesce ou não o crédito reconhecido judicialmente.

7. Ademais, o paradigma citado trata de situação distinta do caso ora analisado, em que o Tribunal de origem alegou a impossibilidade de empresa extinta modificar a coisa julgada de obrigação de fazer (escriturar o crédito-prêmio reconhecido judicialmente) em obrigação de pagar, mediante a expedição de precatório em nome da empresa extinta, sem observar as cautelas previstas nos paradigmas quanto à prévia análise da Administração Fazendária.

8. A convolação automática da obrigação de fazer em obrigação de pagar quantia certa, já na fase de execução do julgado, em matéria de grande complexidade que envolverá verificação de elementos fáticos fora do processo, sob o argumento unilateral de que o credor (empresa) teve suas operações encerradas, não é suficiente para alterar a coisa julgada material. Deve a parte embargante utilizar meios rescisórios próprios para fazer valer o direito reconhecido judicialmente.

9. Embargos de Declaração providos apenas para integrar o julgado embargado, prestando os esclarecimentos devidos, sem a alteração das conclusões antes decididas pela Segunda Turma quando do julgamento do Recurso Especial.

A embargante, indicando os EREsp 844.711/DF, os REsp 227.048/RS, 551.184/PR, 1.268.521/RS e 592.846/RS como paradigmas, sustenta que, com a extinção da pessoa jurídica, a expedição de precatório é a única forma possível de execução título judicial que lhe assegura o direito de creditamento de crédito-prêmio de IPI. Aduz, em síntese, que (e-STJ fls. 670/675):

ocorre que o acórdão embargado (integrado pelo julgamento dos declaratórios) divergiu do entendimento fixado pela Primeira Seção no citado julgamento dos EDcl no EREsp 844.711/DF (Doc. 02), que assentou solução favorável ao ressarcimento em espécie do crédito-prêmio de IPI quando reconhecido o crédito judicialmente.

Diverge também da tese fixada nos REsp 227.048/RS (Doc. 03), REsp 551.184/PR (Doc. 04), REsp 1.268.521/RS (Doc. 05) e REsp 692.846/RS (Doc. 06), em que esse E. STJ entendeu que o trânsito em julgado de decisão que reconhece o direito ao ressarcimento de crédito não impediria que a satisfação se desse por meio da expedição de precatório.

[...]

Observe-se que o EREsp 844.711/SP jamais vedou o ressarcimento em espécie. O que esse precedente determinou é que, sendo reconhecido o direito da empresa, ela se submeta às formas de apuração e aproveitamento contidas no Decreto-Lei nº 491/69, regedor do benefício de crédito-prêmio de IPI.

Todavia, não sendo possível tal aproveitamento, sendo a obrigação líquida e estando judicializada a questão, o citado precedente abre a possibilidade de que o crédito seja ressarcido mediante precatório, nos termos do art. 100, da CF, conforme esclarecido no julgamento do AgInt no REsp n. 1.691.214/RS (Doc. 07), de relatoria do Ministro Mauro Campbell, o qual apreciou situação similar e extraiu do Edcl no EREsp n. 844.711/SP entendimento diametralmente oposto ao do acórdão ora embargado, assentando que a jurisprudência deste E. STJ seria "favorável ao ressarcimento em espécie do crédito-prêmio de IPI, uma vez reconhecido o crédito".

[...]

No mesmo sentido a decisão proferida pela Ministra Regina Helena Costa no curso do AgInt no REsp 1.624.943/DF, segundo a qual " (...) a Primeira Seção desta Corte, em 12.11.2014, acolheu parcialmente os Embargos de Declaração no EREsp 844.711/DF (...) Desse modo apurados os valores em liquidação de sentença mediante análise contábil, deve-se deduzir os valores equivalentes ao crédito das quantias referentes ao IPI incidente sobre as operações no mercado interno (art. 1º, § 1º, do Decreto-lei n. 491/1969); havendo excedente de crédito, há a possibilidade de compensação com outros tributos federais ou ressarcimento do benefício em espécie, mediante precatório ou requisição de pequeno valor.

Em síntese, resta claro que o paradigma da 1ª Seção não autoriza, desde logo, o pagamento do crédito-prêmio de IPI pela via do precatório. O

aproveitamento do direito deve se submeter a um regramento específico, sendo a expedição de requisitório apenas a última hipótese cabível, quando não exista outra forma possível de dar concreção à coisa julgada material. E essa é exatamente a hipótese destes autos: a pretensão ao ressarcimento em precatório surgiu após a liquidação do julgado ante a impossibilidade fática de aproveitamento do crédito mediante escrituração, tudo com a concordância expressa da União acerca dos valores em questão.

[...]

Conferir aos limites da coisa julgada material alcance a inviabilizar a concretização do direito da Embargante, como pretende fazer o acórdão ora embargado, diverge da interpretação dada pelo E. STJ ao instituto e conduz à violação do que disposto nos artigos 493, 502, 503 e 505, todos do CPC/2015.

Nesse sentido, o acórdão embargado diverge das conclusões a que chegou o Resp 551.184/PR, o qual, em situação fática idêntica à presente, interpretou o alcance da coisa julgada a partir do regramento contido nos artigos 460, parágrafo único, 461, 467, 471 e 474, todos do CPC/73, normativa similar à contida no CPC/15.

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado n. 3 do Plenário do STJ).

Os embargos de divergência têm por fim a uniformização de divergência jurisprudencial atual a respeito da aplicação do direito material ou processual na hipótese de o acórdão de um órgão fracionário deste Tribunal divergir do julgamento de qualquer outro.

A divergência deve ser comprovada mediante o cotejo analítico entre acórdão derivado de situações fático-jurídicas idênticas ou assemelhadas, mas com conclusões discrepantes, de tal sorte que suas razões devem indicar, de forma clara e precisa, as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, nos termos do art. 1.043, § 4º, do CPC/2015 e do art. 266, § 4º, do RI-STJ.

Então, vejamos.

O acórdão objeto do recurso especial apreciado pela Segunda Turma foi proferido pelo TRF da 4ª Região, que assim decidiu (e-STJ fl. 489):

Resta claro, pois, que não há na sentença exequenda condenação da União a repetir os valores reconhecidos indevidos, mas apenas a aceitar o creditamento a ser realizado pela autora em seus livros fiscais, conforme se verifica no evento 1-PET21, onde a própria agravante requereu a homologação, para fins de creditamento no seu livro de IPI, do valor de R\$ 1.099.145,77 (out/2006).

Sendo assim, em que pese a extinção do estabelecimento, o título judicial invocado pela exequente para justificar seu pedido de ressarcimento determina expressamente o registro do crédito IPI apurado em livro próprio, e não a repetição do valor. Logo, em face da imutabilidade da coisa julgada, descabe a modificação dos termos do título judicial, a fim de garantir a "eficácia do julgado".

O voto condutor do acórdão da Segunda Turma, ora embargado, contém, no que interessa, a seguinte fundamentação:

Em outro julgado especificamente relacionado ao crédito-prêmio do IPI, em que o credor requeria a conversão da obrigação de escriturar em obrigação de pagar, com expedição do precatório pela União, este Tribunal também assegurou o direito postulado pela empresa:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. CRÉDITO-PRÊMIO DE IPI. FORMA DE RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. FACULDADE DO CREDOR. SÚMULA 461/STJ. LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS. PRECEDENTES.

1. A Primeira Seção do STJ, em julgado submetido ao regime do art. 543-C do CPC, pacificou o entendimento de que, após a declaração da existência de crédito de origem tributária em favor do contribuinte, cabe ao credor a opção de compensar o valor devido ou buscar sua repetição, por precatório ou requisição de pequeno valor (REsp 1.114.404/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado DJe 1.3.2010). Incidência da Súmula 461 do STJ.

2. A jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a liquidação por artigos é o meio adequado para apuração do quantum debeatur no ressarcimento de crédito-prêmio de IPI. Precedentes.

Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1268521/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 06/10/2011, DJe 14/10/2011)

**Ocorre que, posteriormente a esses julgados paradigmas, a Primeira Seção do STJ decidiu nos EREsp 844.711/DF (Relator Ministro Benedito Gonçalves) que aos créditos reconhecidos pela via judicial a título de crédito-prêmio do IPI, em razão da sua natureza de benefício fiscal submetido a detalhada disciplina normativa quanto ao aproveitamento dos créditos, não se aplicariam as regras da repetição de indébito, afastando-se o entendimento firmado por esta Corte na Súmula 461/STJ.**

A propósito:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. CRÉDITO-PRÊMIO DE IPI. ART. 1º, § 1º DO DECRETO-LEI 491/69. FORMA DE APROVEITAMENTO.

1. **Embargos de divergência pelos quais a contribuinte busca a solução do alegado dissenso jurisprudencial interno acerca da possibilidade de os créditos-prêmio do IPI garantidos pelo Decreto-lei 491/69 e reconhecidos judicialmente, serem ressarcidos em espécie, pela via do precatório, ou se podem ser aproveitados tão somente por meio da compensação.**

2. O Decreto-lei 491/61, que instituiu o crédito-prêmio do IPI ora em discussão, determina que, após a sua apuração, poderá ser compensado com outros tributos federais ou aproveitado nas formas indicadas no regulamento (artigo 1º, § 2º). O Regulamento previsto no Decreto 64.833/69, por seu turno, preconiza, em seu artigo 3º, § 3º, que poderá ser admitida a emissão de documento denominado Nota de Crédito Fiscal a Exportação, para representar o crédito prêmio de IPI apurado, o qual poderá ser utilizado para o pagamento de outros tributos federais ou para recebimento em espécie a título de restituição, desde que haja comprovação de excedente de crédito, nos termos e condições do § 1º, do art. 7º, e inciso II do art. 31 e seu parágrafo único, da Lei 4.502, de 1964.

3. Efetivamente, há previsão legal de recebimento do crédito prêmio do IPI em espécie, mas apenas nas hipóteses ali elencadas, ou seja, no caso de impossibilidade de utilização do crédito para compensação e, ainda, mediante a emissão de Nota de Crédito Fiscal de Exportação pelo Ministério da Fazenda. Assim, não há previsão de que o eventual recebimento em espécie dos créditos apurados possa ser feito de outra forma a configurar prejuízo ressarcível pela via judicial (precatório), até porque, da leitura do iter procedimental acima, vislumbra-se que devem ser verificadas administrativamente as condições para que se permita eventual ressarcimento do crédito prêmio apurado em espécie.

4. Consoante decidido pelo STF no julgamento do RE 577502/RS, o crédito-prêmio de IPI instituído pelo Decreto-lei 491/69 é um benefício fiscal setorial (exportações), que deve ser usufruído de acordo com os estritos termos da lei que o reconhece, não sendo cabível ao contribuinte a realização da opção da forma pela qual deseja receber seus créditos. Ademais, em se tratando de incentivo, é de se afastar a idéia de ressarcimento, o qual, em princípio, pressupõe um pagamento indevido.

5. Embargos de divergência não providos.

(EREsp 844.711/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, julgado em 12/09/2012, DJe 18/09/2012) (*grifamos*)

O julgamento dos Embargos de Declaração nos mesmos Embargos de Divergência 844.711 esclarece a controvérsia ora enfrentada:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. CRÉDITO-PRÊMIO DE IPI. ART. 1º, § 1º DO DECRETO-LEI 491/69. FORMA DE APROVEITAMENTO. VÍCIOS DE INTEGRAÇÃO CONFIGURADOS. ACOLHIMENTO DOS DECLARATÓRIOS.

1. Os embargos de declaração, ainda que manejados para fins de prequestionamento, são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, nos ditames do art. 535, I e II, do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material.

2. Acórdão embargado que negou provimento aos embargos de divergência, fazendo prevalecer a tese de que uma vez reconhecida a existência dos créditos-prêmio de IPI em discussão, necessariamente, deve ser seguido todo o rito previsto na legislação instituidora do benefício fiscal para fins de satisfação do direito do contribuinte, a saber: dedução dos valores equivalentes ao créditos das quantias referentes ao IPI incidente sobre as operação no mercado interno (art. 1º, § 1º, do Decreto-lei 491/69); havendo excedente de crédito, possibilidade de compensação com outros tributos federais e; possibilidade de aproveitamento do crédito na forma do regulamento (art. 1º, § 2º do Decreto-lei 491/69), o qual prevê o ressarcimento em espécie, na forma de Nota de Crédito Fiscal de Exportação (art. 3º, § 3º, do Decreto 64.833/69, posteriormente substituída pela Resolução 125/89).

3. Nada obstante, remanesce a necessidade de esclarecer que, em se tratando de discussão que já se encontra na via judicial, deve ser ressalvado o direito do contribuinte de obter o ressarcimento do benefício em espécie, pela via do precatório, desde que devidamente reconhecida a existência dos créditos e mediante apuração das quantias excedentes de acordo com o iter previsto na legislação

própria, na forma determinada pelo acórdão julgador do recurso especial.

4. Por se tratar de incentivo fiscal, não é possível haver, desde logo, condenação da Fazenda ao seu pagamento pela via do precatório, motivo pelo qual não é aplicável à espécie o entendimento fixado no julgamento do Recurso Repetitivo de n. 1.114.404, nem tampouco na Súmula 461/STJ, os quais dizem respeito a indébitos tributários.

5. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.

(EDcl nos EREsp 844.711/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, julgado em 12/11/2014, DJe 24/11/2014) *(grifamos)*

Diante do exposto, alinho-me ao entendimento firmado pela Primeira Seção no julgamento dos EREsp 844.711/DF, Relator Ministro Benedito Gonçalves, e conheço em parte do Recurso Especial para, nesta parte, negar-lhe provimento.

Como se nota, embora o Tribunal Regional Federal da 4ª Região tenha decidido a controvérsia sob o ângulo da coisa julgada, o acórdão embargado, fazendo menção a precedentes jurisprudenciais, decide pela impossibilidade de expedição de precatório quanto ao valor do crédito-prêmio de IPI em razão de sua natureza de benefício fiscal, de tal sorte que o pagamento em dinheiro só seria adequado nas condições da legislação de regência. Não houve decisão a respeito da coisa julgada.

No contexto, não devem ser admitidos os embargos de divergência.

Conquanto citado no acórdão embargado, o EREsp 844.711/DF não serve à comprovação da divergência, pois, nele, a Primeira Seção, atenta à situação fática distinta da do acórdão recorrido, decidiu pela impossibilidade de expedição do precatório porque o ressarcimento em espécie deveria se dar na forma do regulamento, por meio das Notas de Crédito Fiscal à Exportação. No julgamento dos aclaratórios, foi reafirmado esse entendimento, com a integração de que:

em se tratando de discussão que já se encontra na via judicial, deve ser ressalvado o direito do contribuinte de obter o ressarcimento do benefício em espécie, pela via do precatório, desde que devidamente reconhecida a existência dos créditos e mediante apuração das quantias excedentes de acordo com o iter previsto na legislação própria, na forma determinada pelo acórdão julgador do recurso especial [...] tem-se que, devidamente reconhecida a existência dos créditos, por meio da liquidação de sentença na forma determinada pelo acórdão julgador do recurso especial, e apurado excedente de crédito após a verificação das quantias a serem compensadas com IPI devido ou outros tributos, é possível o ressarcimento do benefício em espécie (conforme previsto na legislação específica), o qual, por decorrer de condenação judicial, deve ser realizado pela via do precatório, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal.

Igualmente, não serve à comprovação da divergência o REsp 1.691.214/RS, pois, sem análise jurídica específica do fundamento adotado no EREsp 844/711/DF, a menção à jurisprudência favorável no ressarcimento em espécie do crédito-prêmio se deu a título de "*obiter dictum*".

Já os acórdãos proferidos no REs 227.04p8/RS e no REsp 551.184/PR tratam da possibilidade de restituição do indébito tributário (e não de benefício fiscal) por meio de precatório, sem violação do instituto da coisa julgada, quando não mais possível a compensação assegurada pelo título executivo judicial. Inexiste, assim, similitude fático-jurídica.

Já o REsp 1.268.521/RS, cujo julgamento é bem anterior ao acórdão embargado, não serve à demonstração de divergência jurisprudencial atual, até porque aplica entendimento que o acórdão da Segunda Turma, expressamente, à época, consignou não mais ser aceito no âmbito do STJ.

Nesse cenário, não havendo similitude fático-jurídica, inviável o conhecimento dos embargos de divergência.

Ante o exposto, com base no art. 266-C do RI-STJ, indefiro liminarmente os embargos de divergência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator